

# SUMÁRIO



|                                                                                                              |               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>1. TEORIA GERAL DA TUTELA COLETIVA .....</b>                                                              | <b>31</b>     |
| 1. Introdução .....                                                                                          | 31            |
| 2. Distinção entre tutela coletiva e processo coletivo .....                                                 | 33            |
| 3. Evolução histórica da tutela coletiva e análise dos modelos comparados .....                              | 34            |
| 3.1. História da tutela coletiva .....                                                                       | 34            |
| 3.2. As <i>class actions</i> no direito americano .....                                                      | 35            |
| 3.3. O modelo europeu .....                                                                                  | 40            |
| 3.4. Possíveis modelos de extensão dos efeitos da coisa julgada coletiva para as situações individuais ..... | 41            |
| 4. O Modelo Brasileiro .....                                                                                 | 42            |
| 4.1. A construção normativa da tutela coletiva no Brasil e a Lei nº 7.347/1985 .....                         | 42            |
| 4.2. Custos do processo coletivo no Brasil .....                                                             | 43            |
| 4.3. Tutela jurisdicional coletiva e marcos legislativos .....                                               | 45            |
| 4.4. Novas perspectivas .....                                                                                | 47            |
| 5. Gráficos de revisão .....                                                                                 | 48            |
| <br><b>2. O QUE É DIREITO PROCESSUAL COLETIVO E PROCESSO COLETIVO? .....</b>                                 | <br><b>49</b> |
| 1. Litígio Coletivo, Processo Coletivo e Direito Processual Coletivo .....                                   | 49            |
| 2. O Conceito de Processo Coletivo .....                                                                     | 50            |
| 3. O microsistema coletivo .....                                                                             | 54            |
| 4. Aplicação Prática das Normas do Microsistema Coletivo .....                                               | 55            |
| 5. Espécies de processo coletivo .....                                                                       | 56            |
| 6. Ações Pseudoindividuais e pseudocoletivas .....                                                           | 59            |
| 7. Gráficos de revisão e leitura complementar. ....                                                          | 63            |

|                                                                                                             |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>3. A TUTELA COLETIVA NA JUSTIÇA DO TRABALHO .....</b>                                                    | <b>65</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                         | 65        |
| 2. Ação Civil Pública x Ação Civil Coletiva .....                                                           | 68        |
| 3. Distinções. ....                                                                                         | 72        |
| 4. Gráficos de revisão e leitura complementar. ....                                                         | 72        |
| <b>4. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>                                                 | <b>73</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                         | 73        |
| 2. Objetivos do processo coletivo .....                                                                     | 73        |
| 2.1. Economia processual .....                                                                              | 73        |
| 2.2. Acesso à justiça .....                                                                                 | 75        |
| 2.3. Efetivação do direito material .....                                                                   | 78        |
| 3. Princípios aplicáveis ao processo coletivo .....                                                         | 79        |
| 3.1. Devido processo legal coletivo (e devido processo social) .....                                        | 79        |
| 3.2. Regras de adequação no processo coletivo .....                                                         | 80        |
| 3.3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito no processo coletivo .....                             | 88        |
| 3.4. Indisponibilidade (temperada) da Demanda Coletiva .....                                                | 90        |
| 3.5. Princípio da atipicidade da tutela jurisdicional coletiva .....                                        | 96        |
| 3.6. Atuação proativa .....                                                                                 | 98        |
| 3.7. Princípio da presunção da legitimidade <i>ad causam</i> ativa pela afirmação de direito coletivo. .... | 99        |
| 3.8. Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva .....                                   | 100       |
| 3.9. Contraditório .....                                                                                    | 100       |
| 3.10. Princípio da máxima prioridade da tutela jurisdicional coletiva ....                                  | 101       |
| 3.11. Princípio da universalidade da jurisdição e da primazia da tutela coletiva adequada .....             | 102       |
| 3.12. Princípio do ativismo ou protagonismo judicial .....                                                  | 102       |
| 3.13. Princípio da tutela jurisdicional coletiva diferenciada .....                                         | 103       |
| 3.14. Princípio da participação .....                                                                       | 103       |
| 4. Implementação de Políticas Públicas .....                                                                | 104       |
| 5. Acesso à ordem jurídica justa .....                                                                      | 105       |
| 6. Gráficos de revisão .....                                                                                | 106       |

|                                                                                                   |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>5. DIREITOS METAINDIVIDUAIS TRABALHISTAS .....</b>                                             | <b>107</b> |
| 1. Introdução .....                                                                               | 107        |
| 2. Direitos e interesses metaindividuais .....                                                    | 109        |
| 3. Distinção entre direito e interesse .....                                                      | 111        |
| 4. Interesse público primário e secundário .....                                                  | 112        |
| 5. Classificação e espécies .....                                                                 | 113        |
| 5.1. Direitos difusos .....                                                                       | 114        |
| 5.1.1. Indivisibilidade .....                                                                     | 115        |
| 5.1.2. Situação de fato em comum .....                                                            | 116        |
| 5.1.3. Indeterminabilidade dos titulares .....                                                    | 117        |
| 5.1.4. Exemplo de direito difuso: Meio Ambiente do Trabalho .....                                 | 118        |
| 5.1.5. Exemplo de direito difuso: Combate à Discriminação .....                                   | 120        |
| 5.2. Direitos coletivos .....                                                                     | 121        |
| 5.2.1. Indivisibilidade do objeto .....                                                           | 122        |
| 5.2.2. Relação jurídica base .....                                                                | 122        |
| 5.2.3. Distinção em relação aos outros direitos .....                                             | 123        |
| 5.3. Interesses individuais homogêneos .....                                                      | 123        |
| 5.3.1. Divisibilidade do objeto .....                                                             | 123        |
| 5.3.2. Origem Comum (Situação Fática ou Jurídica em Comum) .....                                  | 124        |
| 5.3.3. Aspectos de Homogeneidade .....                                                            | 125        |
| 5.3.4. Aplicação prática e jurisprudência dos tribunais superiores .....                          | 131        |
| 5.3.5. Determinabilidade dos Titulares .....                                                      | 133        |
| 6. Tutela Coletiva de Direitos x Tutela de Direitos Coletivos .....                               | 133        |
| 7. A classificação do direito transindividual é determinada pelo tipo de tutela pretendida? ..... | 134        |
| 8. A crítica de Edilson Vitorelli à classificação tripartida dos direitos transindividuais .....  | 136        |
| 9. Gráficos de revisão .....                                                                      | 140        |
| <b>6. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....</b>                                                                 | <b>141</b> |
| 1. Introdução .....                                                                               | 141        |
| 2. Interesse de agir .....                                                                        | 144        |
| 3. Legitimidade .....                                                                             | 145        |

|           |                                                                        |            |
|-----------|------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.1.      | Conceito .....                                                         | 145        |
| 3.2.      | Controle da legitimidade .....                                         | 148        |
| 3.2.1.    | Legitimados .....                                                      | 148        |
| 3.2.2.    | Controle da legitimidade adequada ("adequacy of representation") ..... | 149        |
| 3.2.3.    | Natureza jurídica da legitimidade na tutela coletiva .....             | 157        |
| 3.2.4.    | Legitimação concorrente e disjuntiva .....                             | 162        |
| 3.3.      | Ministério Público. ....                                               | 163        |
| 3.3.1     | O Ministério Público do Trabalho .....                                 | 171        |
| 3.3.1.1.  | O MPT e os direitos difusos e coletivos .....                          | 174        |
| 3.3.1.2.  | O MPT e os direitos individuais homogêneos ....                        | 174        |
| 3.4.      | Legitimidade das associações .....                                     | 177        |
| 3.5.      | A legitimidade dos sindicatos .....                                    | 184        |
| 3.6.      | Defensoria Pública .....                                               | 191        |
| 3.7.      | Pessoas jurídicas da administração pública .....                       | 193        |
| 3.8.      | Outros legitimados .....                                               | 195        |
| 3.8.1.    | OAB e Partidos Políticos .....                                         | 195        |
| 3.8.2.    | Cooperativas .....                                                     | 196        |
| 3.8.3.    | Comunidades indígenas .....                                            | 197        |
| 4.        | Gráficos de revisão e leitura complementar. ....                       | 199        |
| <b>7.</b> | <b>LITISPENDÊNCIA, CONEXÃO, CONTINÊNCIA E PRESCRIÇÃO .....</b>         | <b>201</b> |
| 1.        | Aspectos gerais .....                                                  | 201        |
| 2.        | Correlação entre ações coletivas .....                                 | 203        |
| 3.        | Convivência entre ações coletivas e individuais .....                  | 206        |
| 4.        | Suspensão do processo individual .....                                 | 214        |
| 5.        | Gráficos de revisão .....                                              | 222        |
| <b>8.</b> | <b>COMPETÊNCIA .....</b>                                               | <b>223</b> |
| 1.        | Aspectos gerais .....                                                  | 223        |
| 2.        | Competência material .....                                             | 224        |
| 3.        | Competência territorial .....                                          | 226        |
| 4.        | Competência e coisa julgada – tema 1075 .....                          | 231        |
| 5.        | Gráficos de revisão .....                                              | 232        |

|                                                                                                    |                |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------|
| <b>9. TUTELAS PROVISÓRIAS .....</b>                                                                | <b>233</b>     |
| 1. Introdução .....                                                                                | 233            |
| 2. Generalidades da tutela provisória no processo civil .....                                      | 233            |
| 3. Evolução histórico-legislativa das tutelas de urgência no Brasil .....                          | 237            |
| 4. Aspectos trabalhistas .....                                                                     | 238            |
| 5. Tutela Antecipada .....                                                                         | 240            |
| 5.1. Procedimento da tutela antecipada antecedente .....                                           | 240            |
| 5.2. Estabilização da tutela antecipada .....                                                      | 241            |
| 5.3. Aplicação no processo do trabalho .....                                                       | 242            |
| 6. Tutela cautelar .....                                                                           | 242            |
| 7. Tutela de evidência .....                                                                       | 243            |
| 8. Relação entre tutela provisória coletiva e tutela provisória individual .....                   | 245            |
| 9. Tutela provisória de urgência contra a fazenda pública .....                                    | 246            |
| 10. Concessão de ofício da tutela provisória de urgência .....                                     | 247            |
| 11. Gráficos de revisão .....                                                                      | 248            |
| <br><b>10. INTERVENÇÃO DE TERCEIROS, ASSISTÊNCIA, LITISCONSÓRCIO E<br/>    AMICUS CURIAE .....</b> | <br><b>249</b> |
| 1. Panorama da intervenção de terceiros no processo coletivo trabalhista .....                     | 249            |
| 2. <i>Amicus Curiae</i> .....                                                                      | 249            |
| 3. Litisconsórcio .....                                                                            | 251            |
| 4. Assistência .....                                                                               | 254            |
| 5. Chamamento ao processo .....                                                                    | 256            |
| 6. Denúnciação da lide .....                                                                       | 258            |
| 7. Oposição e nomeação à autoria .....                                                             | 259            |
| 8. Gráficos de revisão .....                                                                       | 260            |
| <br><b>11. RITO PROCESSUAL .....</b>                                                               | <br><b>261</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                | 261            |
| 2. Rito .....                                                                                      | 263            |

|                                                                                                                                          |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3. Petição Inicial .....                                                                                                                 | 265        |
| 4. Causa de pedir e pedido na Ação Civil Pública Trabalhista .....                                                                       | 267        |
| 4.1. Causa de pedir .....                                                                                                                | 267        |
| 4.2. Pedido .....                                                                                                                        | 269        |
| 4.2.1. Ações Cíveis Públicas para anulação de cláusulas de acordo<br>ou convenção coletiva .....                                         | 272        |
| 4.2.2. Ações Cíveis Públicas e FGTS .....                                                                                                | 275        |
| 4.2.3. Ações Cíveis Públicas e controle de constitucionalidade .....                                                                     | 276        |
| 4.2.4. Tutela contra o ilícito .....                                                                                                     | 276        |
| 4.2.5. Astreintes .....                                                                                                                  | 276        |
| 4.2.6. Danos .....                                                                                                                       | 281        |
| 4.2.6.1. Danos Materiais .....                                                                                                           | 281        |
| 4.2.6.2. Dano Moral Coletivo .....                                                                                                       | 283        |
| 4.2.6.3. Dano Social e <i>Dumping</i> social .....                                                                                       | 291        |
| 4.2.6.4. Dano existencial, dano biológico e dano estético .....                                                                          | 295        |
| 4.2.6.5. Responsabilidade civil .....                                                                                                    | 295        |
| 5. Defesa .....                                                                                                                          | 297        |
| 6. Peculiaridades procedimentais .....                                                                                                   | 302        |
| 6.1. Depoimento pessoal do autor coletivo .....                                                                                          | 302        |
| 6.2. Depoimento pessoal de membro do Ministério Público .....                                                                            | 303        |
| 7. Gráficos de revisão e leitura complementar. ....                                                                                      | 303        |
| <b>12. TUTELA CONTRA O ILÍCITO .....</b>                                                                                                 | <b>305</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                                                      | 305        |
| 2. Tutela inibitória .....                                                                                                               | 307        |
| 2.1. Natureza jurídica .....                                                                                                             | 307        |
| 2.2. Fundamentos da tutela inibitória .....                                                                                              | 307        |
| 2.3. Pressupostos: a probabilidade do ilícito .....                                                                                      | 308        |
| 2.4. Modalidades de tutela inibitória .....                                                                                              | 309        |
| 2.5. Ação ilícita continuada vs. ilícito de efeitos continuados .....                                                                    | 310        |
| 2.6. Tutela inibitória mediante imposição de fazer e não fazer .....                                                                     | 310        |
| 2.7. Tutela inibitória e cumprimento das obrigações trabalhistas no<br>curso da ação civil pública. Perda superveniente do objeto? ..... | 310        |
| 3. Tutela de Remoção do Ilícito .....                                                                                                    | 311        |

|                                                                                  |            |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.1. Conceito .....                                                              | 311        |
| 3.2. Foco no ilícito passado e no dano futuro .....                              | 312        |
| 4. Aspectos comuns às tutelas inibitória e de remoção do ilícito .....           | 312        |
| 5. Aplicabilidade da tutela contra o ilícito no Direito do Trabalho .....        | 315        |
| 5.1. Fundamentos normativos .....                                                | 315        |
| 5.2. Requisitos .....                                                            | 316        |
| 5.3. Hipóteses de cabimento .....                                                | 316        |
| 5.4. Relação entre tutela contra o ilícito e tutela de urgência .....            | 317        |
| 6. Gráficos de revisão. ....                                                     | 317        |
| <b>13. PROVAS .....</b>                                                          | <b>319</b> |
| 1. Introdução .....                                                              | 319        |
| 2. A Amplitude do poder instrutório do Juiz na tutela coletiva trabalhista ..... | 320        |
| 3. A valoração da prova colhida no Inquérito Civil .....                         | 321        |
| 4. Indícios e provas .....                                                       | 323        |
| 5. A possibilidade de inversão do ônus da prova .....                            | 324        |
| 6. Prova estatística .....                                                       | 325        |
| 7. Prova pericial .....                                                          | 325        |
| 8. Provas digitais .....                                                         | 325        |
| 9. Depoimento do membro do MPT .....                                             | 325        |
| 10. Prova no dano moral coletivo .....                                           | 326        |
| 11. Gráficos de revisão e leitura complementar .....                             | 326        |
| <b>14. SENTENÇA .....</b>                                                        | <b>327</b> |
| 1. Introdução .....                                                              | 327        |
| 2. Conceito de sentença .....                                                    | 327        |
| 3. Flexibilização do princípio da congruência (adstrição ao pedido) .....        | 328        |
| 4. Natureza da sentença na Ação Civil Pública .....                              | 329        |
| 4.1. Natureza predominantemente cominatória .....                                | 329        |
| 4.2. Possibilidade de Antecipação de Tutela .....                                | 330        |
| 5. Classificação das sentenças .....                                             | 330        |

|            |                                                                                                         |            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.1.       | Sentenças declaratórias .....                                                                           | 330        |
| 5.2.       | Sentenças constitutivas .....                                                                           | 331        |
| 5.3.       | Sentenças condenatórias .....                                                                           | 332        |
| 5.4.       | Sentenças mandamentais e executivas .....                                                               | 332        |
| 6.         | Efeitos da sentença coletiva .....                                                                      | 332        |
| 7.         | Peculiaridades da sentença coletiva .....                                                               | 334        |
| 7.1.       | Possibilidade de sentença genérica .....                                                                | 334        |
| 7.2.       | Condenação por Dano Moral Coletivo .....                                                                | 337        |
| 7.3.       | Isenção de custas e honorários .....                                                                    | 337        |
| 7.4.       | Necessidade de divulgação .....                                                                         | 338        |
| 8.         | Sentença e hipoteca judiciária .....                                                                    | 338        |
| 9.         | Gráficos de revisão .....                                                                               | 339        |
| <b>15.</b> | <b>COISA JULGADA .....</b>                                                                              | <b>341</b> |
| 1.         | Generalidades .....                                                                                     | 341        |
| 2.         | Críticas ao regime da coisa julgada coletiva e sua refutação .....                                      | 342        |
| 3.         | Coisa julgada “secundum eventum litis vel probationis” .....                                            | 346        |
| 4.         | Hipóteses tratadas pelo legislador .....                                                                | 348        |
| 5.         | Coisa julgada nos interesses difusos .....                                                              | 351        |
| 6.         | Coisa julgada nos interesses coletivos .....                                                            | 354        |
| 7.         | Coisa julgada nos interesses individuais homogêneos e a questão da suspensão de ações individuais ..... | 355        |
| 8.         | Limitação territorial da coisa julgada e sua inconstitucionalidade .....                                | 356        |
| 9.         | Coisa julgada <i>in utilibus</i> .....                                                                  | 358        |
| 10.        | Gráficos de revisão .....                                                                               | 364        |
| <b>16.</b> | <b>LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO .....</b>                                                                      | <b>365</b> |
| 1.         | Considerações gerais .....                                                                              | 365        |
| 2.         | Liquidação de sentença coletiva .....                                                                   | 368        |
| 2.1.       | Conceito e necessidade da liquidação .....                                                              | 368        |
| 2.2.       | Modalidades de liquidação .....                                                                         | 371        |
| 2.2.1.     | Liquidação individual .....                                                                             | 371        |

|            |                                                                                                  |            |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.2.2.     | Liquidação coletiva de interesses individuais .....                                              | 373        |
| 2.2.3.     | Liquidação tipicamente coletiva ( <i>Fluid Recovery</i> ) .....                                  | 378        |
| 2.2.4.     | Pode o juiz determinar a individualização obrigatória? .....                                     | 383        |
| 2.3.       | Normatização da liquidação .....                                                                 | 384        |
| 2.4.       | Procedimento .....                                                                               | 386        |
| 2.5.       | Relação entre liquidação e execução .....                                                        | 386        |
| 3.         | Execução de sentença coletiva .....                                                              | 387        |
| 3.1.       | Modalidades de execução conforme a natureza da obrigação .....                                   | 388        |
| 3.1.1.     | Execução de obrigações de fazer e de não fazer .....                                             | 388        |
| 3.1.2.     | Execução de obrigação de pagar quantia certa (indenização) .....                                 | 391        |
| 3.1.3.     | Execução de obrigação de entregar coisa .....                                                    | 392        |
| 3.2.       | Execução conforme a natureza dos interesses tutelados .....                                      | 392        |
| 3.2.1.     | Execução relativa a interesses difusos e coletivos indivisíveis .....                            | 392        |
| 3.2.2.     | Execução relativa a direitos individuais homogêneos .....                                        | 393        |
| 4.         | Legitimidade ativa para liquidação e execução .....                                              | 394        |
| 4.1.       | Direitos difusos e coletivos .....                                                               | 395        |
| 4.2.       | Direitos individuais homogêneos .....                                                            | 395        |
| 5.         | Competência para liquidação e execução .....                                                     | 397        |
| 5.1.       | Coletiva .....                                                                                   | 397        |
| 5.2.       | Individual .....                                                                                 | 397        |
| 6.         | Gráficos de revisão .....                                                                        | 400        |
| <b>17.</b> | <b>DESTINAÇÕES .....</b>                                                                         | <b>401</b> |
| 1.         | Introdução .....                                                                                 | 401        |
| 2.         | Os fundos públicos .....                                                                         | 402        |
| 3.         | A ADPF 944 e o debate constitucional sobre a destinação alternativa dos recursos coletivos ..... | 404        |
| 4.         | Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 10/2024 .....                                                     | 410        |
| 4.1.       | Âmbito de Aplicação .....                                                                        | 410        |
| 4.2.       | Destinatários possíveis e critérios de escolha (arts. 5º a 7º) .....                             | 411        |
| 4.3.       | Transparência, fiscalização e casos especiais .....                                              | 414        |
| 5.         | Resolução MPT nº 232/2025 .....                                                                  | 414        |

|                                                                                                      |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6. Comparação com o modelo norte-americano: <i>Fluid Recovery</i> e doutrina do <i>Cy-Près</i> ..... | 416        |
| 6.1. O que é <i>fluid recovery</i> e <i>Cy-Près</i> ? .....                                          | 417        |
| 6.2. Semelhanças com o modelo brasileiro .....                                                       | 419        |
| 6.3. Diferenças .....                                                                                | 420        |
| 7. Gráficos de revisão .....                                                                         | 421        |
| <b>18. DESPESAS PROCESSUAIS .....</b>                                                                | <b>423</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                  | 423        |
| 2. Litigância de má-fé .....                                                                         | 426        |
| 3. Sujeitos passíveis de sanção por má-fé na ACP .....                                               | 430        |
| 4. Regime de sucumbência nas ações coletivas .....                                                   | 436        |
| 4.1. Isenção de custas e despesas processuais .....                                                  | 436        |
| 4.2. Condenação em custas, honorários de sucumbência e eventuais perdas e danos .....                | 438        |
| 4.3. Despesas com perícias e outros encargos .....                                                   | 441        |
| 5. Gráficos de revisão .....                                                                         | 444        |
| <b>19. PRESCRIÇÃO .....</b>                                                                          | <b>445</b> |
| 1. Prescrição nas ações voltadas a direitos difusos e coletivos .....                                | 445        |
| 2. Prescrição nas ações relativas a direitos individuais homogêneos .....                            | 452        |
| 2.1. Prescrição intercorrente na execução coletiva e a proteção das pretensões individuais .....     | 454        |
| 3. Interrupção das pretensões individuais em decorrência de ação coletiva .....                      | 454        |
| 4. Gráficos de revisão .....                                                                         | 457        |
| <b>20. RECURSOS NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA TRABALHISTA .....</b>                                          | <b>459</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                  | 459        |
| 2. Sistema recursal na Ação Civil Pública trabalhista .....                                          | 459        |
| 2.1. Recursos cabíveis na ação civil pública proposta na justiça do trabalho .....                   | 459        |
| 2.2. Prazos Recursais .....                                                                          | 460        |
| 2.3. Duplo grau de jurisdição obrigatório (remessa necessária) .....                                 | 461        |

|            |                                                                                       |            |
|------------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.4.       | Legitimidade para recorrer .....                                                      | 462        |
| 2.5.       | Depósito recursal e custas .....                                                      | 463        |
| 2.6.       | Desistência e renúncia do recurso .....                                               | 464        |
| 2.7.       | Irrecorribilidade das decisões interlocutórias e o agravo na ACP<br>trabalhista ..... | 467        |
| 2.8.       | Efeitos .....                                                                         | 468        |
| 2.9.       | Alçada recursal .....                                                                 | 469        |
| 3.         | Gráficos de revisão .....                                                             | 469        |
| <b>21.</b> | <b>INQUÉRITO CIVIL .....</b>                                                          | <b>471</b> |
| 1.         | Origem e evolução histórica .....                                                     | 471        |
| 2.         | Características do Inquérito Civil. ....                                              | 472        |
| 2.1.       | Natureza jurídica e titularidade .....                                                | 472        |
| 2.2.       | Instauração facultativa .....                                                         | 474        |
| 2.2.1.     | Natureza inquisitorial .....                                                          | 474        |
| 2.2.2.     | Publicidade mitigada .....                                                            | 476        |
| 2.2.3.     | Autoexecutoriedade .....                                                              | 477        |
| 2.2.4.     | Informalidade .....                                                                   | 478        |
| 3.         | Objetivos e finalidades .....                                                         | 479        |
| 4.         | Fundamentação normativa .....                                                         | 480        |
| 5.         | Investigação trabalhista x investigação criminal .....                                | 481        |
| 6.         | Notícia de fato .....                                                                 | 482        |
| 6.1.       | Conceito .....                                                                        | 482        |
| 6.2.       | Formalização e processamento .....                                                    | 483        |
| 6.3.       | Denúncia anônima e denúncia sigilosa .....                                            | 484        |
| 6.4.       | Prazo e decisões .....                                                                | 487        |
| 6.5.       | Recurso contra o indeferimento/arquivamento .....                                     | 488        |
| 7.         | Distribuição .....                                                                    | 489        |
| 8.         | Competência e atribuição .....                                                        | 492        |
| 9.         | Instrução do Inquérito Civil .....                                                    | 493        |
| 9.1.       | Meios de prova e diligências .....                                                    | 493        |
| 9.2.       | Depoimento de testemunhas .....                                                       | 494        |
| 9.3.       | Participação de advogados nas audiências .....                                        | 495        |

|                                                                                                |            |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 9.4. Condução coercitiva do investigado .....                                                  | 496        |
| 9.5. Cartas precatórias .....                                                                  | 497        |
| 9.6. Valor das provas no Inquérito Civil .....                                                 | 498        |
| 10. Encerramento do Inquérito Civil .....                                                      | 499        |
| 10.1. Prazo de duração .....                                                                   | 499        |
| 10.2. Formas de encerramento do Inquérito Civil .....                                          | 500        |
| 10.3. Controle do arquivamento .....                                                           | 503        |
| 10.4. Arquivamento implícito .....                                                             | 506        |
| 10.5. Desarquivamento .....                                                                    | 507        |
| 10.6. Controle de legalidade externo .....                                                     | 507        |
| 11. Responsabilização do membro do Ministério Público .....                                    | 508        |
| 12. Procedimentos Administrativos .....                                                        | 510        |
| 13. Diferenciação entre procedimento preparatório e inquérito civil .....                      | 512        |
| 14. Sigilo no inquérito civil .....                                                            | 513        |
| 14.1. Sigilo fiscal .....                                                                      | 515        |
| 14.2. Sigilo bancário .....                                                                    | 518        |
| 14.3. Efeitos probatórios e processamento .....                                                | 520        |
| 15. Gráficos de revisão .....                                                                  | 521        |
| <b>22. ACORDOS, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO, TRANSAÇÃO E ARBITRAGEM<br/>EM TUTELA COLETIVA .....</b> | <b>523</b> |
| 1. Introdução .....                                                                            | 523        |
| 2. O Ambiente multiportas .....                                                                | 524        |
| 3. Autocomposição .....                                                                        | 525        |
| 3.1. Negociação .....                                                                          | 526        |
| 3.2. Conciliação .....                                                                         | 528        |
| 3.3. Mediação .....                                                                            | 529        |
| 3.3.1. Procedimento de mediação .....                                                          | 531        |
| 3.4. Princípios da Conciliação e Mediação .....                                                | 532        |
| 3.5. Arbitragem .....                                                                          | 534        |
| 3.5.1. Arbitragem de ofertas finais .....                                                      | 534        |
| 4. A posição do Ministério Público do Trabalho .....                                           | 535        |
| 5. Controle judicial da autocomposição .....                                                   | 537        |

|                                                                                                                |            |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 6. Títulos executivos e homologação judicial .....                                                             | 538        |
| 7. Coisa julgada <i>rebus sic stantibus</i> e contingent res judicata .....                                    | 538        |
| 8. Impugnação pelos colegitimados: recursos e ações autônomas .....                                            | 539        |
| 9. Transação e renúncia em direitos coletivos .....                                                            | 540        |
| 10. Gráficos de revisão .....                                                                                  | 540        |
| <b>23. PROCESSO ESTRUTURAL .....</b>                                                                           | <b>541</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                            | 541        |
| 2. Conceito e natureza jurídica .....                                                                          | 546        |
| 3. O processo só é estrutural se houver diálogo? .....                                                         | 548        |
| 4. Tutela estrutural: tutela de reforma estrutural e tutela estruturante. A<br>classificação de Marinoni ..... | 551        |
| 4.1. Tutela de reforma estrutural .....                                                                        | 551        |
| 4.2. Tutela estruturante .....                                                                                 | 552        |
| 4.3. Implementação e efetivação .....                                                                          | 553        |
| 5. Distinção: processo estrutural, tutela estrutural e litígio estrutural .....                                | 554        |
| 6. Processo estrutural no Brasil .....                                                                         | 557        |
| 7. Processo estrutural trabalhista .....                                                                       | 559        |
| 8. O papel do juiz no processo estrutural .....                                                                | 563        |
| 9. Relação entre tutela estrutural e tutelas individuais .....                                                 | 565        |
| 10. O Projeto de Lei nº 3/2025 .....                                                                           | 566        |
| 11. Gráficos de revisão .....                                                                                  | 574        |
| <b>24. TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA .....</b>                                                                    | <b>575</b> |
| 1. Introdução .....                                                                                            | 575        |
| 2. Fundamento normativo .....                                                                                  | 577        |
| 3. Legitimidade .....                                                                                          | 583        |
| 4. Natureza jurídica .....                                                                                     | 589        |
| 5. Objeto, multas e formalidades .....                                                                         | 592        |
| 6. Eficácia .....                                                                                              | 597        |

|                                                                  |            |
|------------------------------------------------------------------|------------|
| 7. Compromisso total e compromisso parcial .....                 | 599        |
| 8. Fiscalização do cumprimento .....                             | 600        |
| 9. Homologação .....                                             | 603        |
| 10. Revisão e desconstituição .....                              | 606        |
| 11. Anulação do TAC .....                                        | 607        |
| 12. Mandado de segurança contra TAC .....                        | 608        |
| 13. Execução do TAC .....                                        | 609        |
| 13.1. Aspectos introdutórios .....                               | 609        |
| 13.2. Legitimidade para execução .....                           | 611        |
| 13.3. Cumulação de execuções .....                               | 612        |
| 13.4. Possibilidade de execução em face de CNPJ específico ..... | 613        |
| 13.5. Competência .....                                          | 614        |
| 13.6. Procedimento .....                                         | 615        |
| 13.7. Execução <i>in utilibus</i> do TAC .....                   | 616        |
| 14. TAC e prazos .....                                           | 617        |
| 15. O TAC para exclusão do nome na lista suja .....              | 619        |
| 16. Arquivamento do TAC .....                                    | 621        |
| 17. Gráficos de revisão .....                                    | 622        |
| <b>25. RECOMENDAÇÃO .....</b>                                    | <b>623</b> |
| 1. Introdução .....                                              | 623        |
| 2. Recomendação .....                                            | 623        |
| 2.1. Conceito e natureza jurídica .....                          | 623        |
| 2.2. Princípios norteadores .....                                | 624        |
| 2.2.1. Motivação .....                                           | 625        |
| 2.2.2. Formalidade e solenidade .....                            | 625        |
| 2.2.3. Celeridade e implementação tempestiva .....               | 625        |
| 2.2.4. Princípios da administração pública .....                 | 625        |
| 2.2.5. Máxima amplitude do objeto e das medidas recomenda-       |            |
| das .....                                                        | 626        |
| 2.2.6. Garantia de acesso à justiça .....                        | 626        |
| 2.2.7. Máxima utilidade e efetividade .....                      | 626        |
| 2.2.8. Caráter não vinculativo .....                             | 626        |

|                                                                   |            |
|-------------------------------------------------------------------|------------|
| 2.2.9. Caráter preventivo ou corretivo .....                      | 627        |
| 2.2.10. Resolutividade .....                                      | 627        |
| 2.2.11. Segurança jurídica .....                                  | 627        |
| 2.2.12. Ponderação e proporcionalidade .....                      | 627        |
| 2.3. Fundamento legal e regulamentação .....                      | 627        |
| 2.4. Requisitos e destinatários .....                             | 628        |
| 2.5. Atendimento e desatendimento .....                           | 630        |
| 2.6. Controle judicial e responsabilização .....                  | 631        |
| 2.7. Diferenças com o termo de ajustamento de conduta (TAC) ..... | 631        |
| 3. Audiência pública no Ministério Público .....                  | 632        |
| 3.1. Introdução .....                                             | 632        |
| 3.2. Fundamento legal e regulamentação .....                      | 632        |
| 3.3. Conceito e natureza jurídica .....                           | 633        |
| 3.4. Competência e finalidades .....                              | 634        |
| 3.5. Procedimento .....                                           | 634        |
| 3.6. Documentação e registro .....                                | 635        |
| 3.7. Coordenação entre membros .....                              | 635        |
| 3.8. Providências decorrentes .....                               | 636        |
| 3.9. Caráter consultivo e não vinculante .....                    | 636        |
| 3.10. Planejamento estratégico .....                              | 636        |
| 3.11. Cooperação e financiamento .....                            | 637        |
| 4. Gráficos de revisão .....                                      | 637        |
| <b>26. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MP .....</b>                    | <b>639</b> |
| 1. Poder de requisição .....                                      | 639        |
| 2. Natureza jurídica .....                                        | 640        |
| 3. Destinatários .....                                            | 640        |
| 4. Prazos .....                                                   | 641        |
| 5. Exceção de sigilo e transferência de sigilo .....              | 642        |
| 6. Consequências do descumprimento das requisições .....          | 642        |
| 7. Requisição de auxílio de força policial e gratuidade .....     | 644        |
| 8. Requisição ao Ministério do Trabalho e Emprego .....           | 645        |
| 9. Requisição aos sindicatos profissionais .....                  | 645        |

|                                                      |            |
|------------------------------------------------------|------------|
| 10. Sigilo .....                                     | 645        |
| 11. Poder de notificação .....                       | 646        |
| 11.1. Meios de comunicação da notificação .....      | 646        |
| 11.2. Condução coercitiva .....                      | 646        |
| 12. Diligências e inspeções .....                    | 647        |
| 13. Gráficos de revisão e leitura complementar ..... | 648        |
| <b>BIBLIOGRAFIA .....</b>                            | <b>649</b> |